

O fato e a notícia. A mídia impressa e o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST).

Sônia Maria Ribeiro de Souza *

INTRODUÇÃO

Este texto expressa os primeiros passos rumo às investigações sobre as manifestações ideológicas e os juízos de valor veiculados pelos meios de comunicação em Presidente Prudente especificamente os jornais *O Imparcial* e o *Oeste Notícias*, tendo como referência a luta pela terra no Pontal do Paranapanema e o contexto de organização social do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Entendemos que a luta pela terra no Pontal do Paranapanema não se circunscreve somente ao raio de abrangência do MST. Como é sabido existem outras frentes de luta, como o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MAST), que abrigam várias agremiações e grupos independentes. Entretanto essa pesquisa cuidará apenas de apreender, dentro da dinâmica da luta pela terra, as avaliações da imprensa local em relação ao MST.

Os meios de comunicação, entendidos como instrumentos reveladores das mediações e das frações do poder local, são de extrema importância para que entendamos o processo de produção e reprodução da ideologia dos grupos dominantes, em especial os setores da burguesia e da classe dominante, que pretendem consolidar-se com os pés fincados no receiptuário latifundista.

As manifestações ideológicas, veiculadas pelos meios de comunicação vistas como expressão da luta de classe, é o que nos interessa apreender no momento, à medida que sempre traduziram as formulações da ideologia dominante que, em alguns momentos, são explicitamente colocadas, mas que em outros são dissimuladas dificultando, assim, a compreensão da sua dimensão enquanto ação e discurso. Pretende-se pois, analisar as relações de poder expressas a partir da produção da notícia e seus componentes discursivos, tendo em vista a luta pela terra no Pontal do Paranapanema e, conseqüentemente, a dinâmica territorial materializada através das interpretações e suas formações discursivas. Se através dos discursos as várias relações de poder se manifestam, desvendam então, as mesmas, é de suma importância para se entender de que forma as elites rurais, nesta região, se mantêm fortalecidas e dominadoras, formando opiniões e impondo um desenho social ou um determinado ordenamento territorial correspondente ao seu projeto de dominação de classe[1]. Ou seja, a todo custo põem-se a manter a estrutura fundiária e latifundista enfrentando os movimentos sociais que lutam pela democratização, pelo fim do latifúndio e por uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores.

O FATO EM FOCO

A região de Presidente Prudente caracteriza-se historicamente, por ter sido objeto de um processo de “grilagem” de terras. Em função das irregularidades existentes nessa apropriação e também da grande concentração de terras, os embates se acirraram e os conflitos fundiários tornaram-se inevitáveis e freqüentes. Não é por acaso que no Pontal do Paranapanema a UDR reaparece na cena política, criando uma organização para defesa dos fazendeiros e empresários rurais – Grupo de Defesa do Direito da Propriedade – que tem como objetivo assessorar juridicamente os proprietários de terra.[2] A UDR além de ter como prática o enfrentamento e a violência contra os trabalhadores sem-terra, representa a arregimentação do patronato rural, ou seja, é o braço organizativo dos latifundiários e a representação da proteção e manutenção da estrutura fundiária no país.

Com a crescente mobilização dos trabalhadores sem-terra e a luta pela terra, os grandes proprietários, organizados pela UDR, deflagraram um intenso processo de violência contra os trabalhadores sem-terra, na tentativa de anular a reforma agrária e destruir o movimento de luta pela terra. Nesse sentido, conforme

Bruno "...o uso da violência como opção para solução dos conflitos de terra e "proteção" da grande propriedade fundiária é seguramente a face mais conhecida da UDR, sua marca registrada. Ela atualizou o uso da pistola e incentivou a formação de milícias privadas" (1997, p. 81-2).

Diante do exposto, acreditamos que a legitimidade da representação das elites agrárias têm, nos meios de comunicação, um poderoso instrumento que assegura a defesa desse padrão de propriedade latifundista, portanto de um ordenamento territorial específico, a partir do qual exerce a dominação de classe e desqualifica o movimento dos trabalhadores sem-terra e a luta pela terra como um todo.

Ao pensarmos essa temática, o poder dos meios de comunicação na formação de opinião, temos em mente que o processo de comunicação, ao mesmo tempo em que é influenciado por padrões culturais, atua como produtor e fomentador de valores e, por conseguinte, de ideologias. E nesse sentido, para entendermos a abrangência e qualificação do discurso jornalístico é preciso desvelar em seus componentes lingüísticos, formações ideológicas que dificultam e impossibilitam a veiculação da proposta política do MST.

Neste sentido, como estamos nos referindo a realidades distintas, ou seja, a ação do poder político local – elites agrárias – e a ação do MST, essa disputa representa não só formas de mobilização, como também estratégias de organização e de ação sócio-espacial tanto da burguesia local quanto dos trabalhadores sem-terra.

Frente a essa disputa, ou a forma como essa face da luta de classe se apresenta, tem-se os assentamentos rurais que são produtos dessa correlação de forças e dos embates que foram estabelecidos ao longo do processo de luta pela terra, e que resultaram em mudanças que são expressas territorialmente. E a análise dessas mudanças ocorridas no território, nos permitirá compreender a dimensão e a magnitude da luta pela terra e a qualificação que lhe é atribuída pela imprensa local, através dos diários impressos.

Diante dessas investigações, queremos analisar a forma como os meios de comunicação podem ser utilizados como instrumentos de manipulação ao expressar a notícia, influenciando leitores na construção de classificações, agregando certos termos pejorativos e modificando o sentido de outros; enfim legitimando um discurso que dá sustentação, através da reprodução, do modelo de estrutura fundiária do país.

Esta reprodução é continuamente repetida e pode ser considerada de infinito alcance, já que facilmente podemos detectar o conteúdo do seu discurso extremamente conservador, ao fazer referência à valorização da propriedade privada e "ao direito dos que nela chegaram primeiro e que produziram riquezas ao país", contrapondo-se aos direitos dos trabalhadores rurais sem-terra, cuja identidade é divulgada enquanto "vagabundos", "preguiçosos", "invasores", "alienígenas", etc. E é através da reprodução desse discurso que a linguagem "pode ser utilizada para ocultar, enganar, separar, dominar e destruir" (Bordenave, 1988, p.76).

A representação de mundo divulgada pelos meios de comunicação está impregnada da ideologia dominante, que por sua vez, permeia a estrutura social e, portanto, o modo de perceber a realidade e de atuar frente a ela, bem como a maneira de tratar sobre a mesma corresponderá aos pressupostos dessa ideologia. Conforme Orlandi (1998, p. 18) "as formações discursivas são formações componentes das formações ideológicas e determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição em uma conjuntura dadas".

Essa formação discursiva também pode ser compreendida por meio do conceito de ordem discursiva de Foucault (1973) que toma por base as instituições para estabelecer a origem de um processo discursivo marcado por tensões, contradições e incompatibilidades que vão se traduzir no texto, nas falas e diversas representações de mundo. Nesse sentido, a linguagem não é apenas um instrumento de comunicação, mas também um instrumento de poder, mediante o qual a ideologia impõe um pensar e a formação discursiva determina o que dizer.

Desta forma, estudar as formações dos discursos pode ser a saída para apreender as relações de poder existentes, e analisar de que modo esse meio gerador de significados serve à manutenção dessas

relações de poder. Para Orlandi (1988, p. 58) “o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”.

Ao estabelecermos, então, essas relações, torna-se de extrema relevância pensarmos de que forma os meios de comunicação influenciam o pensamento, as idéias fundantes do poder de classe expresso localmente, através de uma linguagem elaborada e sistematizada, que vai se enraizando e atuando como obstáculo, negando desta forma o direito ao acesso à terra pelos trabalhadores e, por sua vez, o reordenamento territorial daí resultante, tendo em vista o parcelamento da terra e a democratização do acesso ou da posse pelos os trabalhadores. Desta forma, acreditamos que desmontar esse discurso é a possibilidade de produzir um contra-discurso, capaz de construir novas subjetividades e novas consciências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das referências sobre os meios de comunicação e o contexto da luta pela terra do MST, põe-se para os próximos seis meses, a análise dos jornais *O Imparcial* e *Oeste Notícias*, tendo como recorte temporal os anos de 1990 a 1999. Para tanto, num primeiro momento, serão lidas e analisadas as entrevistas, as reportagens e os artigos publicados nesse período, que abordem as ações políticas do MST, buscando identificar os componentes do discurso aí presentes.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, R. *Os sentido do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BACCEGA, M. A. *Palavra e discurso. História e literatura*. São Paulo: Ática, 1995.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BALTAZAR, J. M. Roland Barthes: contribuições para a teoria da comunicação. In: *Comunicação e Sociedade*. São Bernardo do Campo. SP: UNESP, ANO X, n. 17, agos/1991. Pp. 129-137.
- BARTHES, R. *Elementos da semiologia*. Lisboa: Edições 70, 1964.
- BERGER, C. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- BORDENAVE, J. E. D. *O que é comunicação?* São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BRUNO, R. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRJ, 1997.
- BUSTOS CARA, R. Territorialidade e identidade regional no Sul da Província de Buenos Aires. In: SANTOS, M. , SOUZA, A. de & SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec. ANPUR, 1994.
- CARVALHAL, M. D. *A comunicação Sindical em Presidente Prudente/SP: Elementos para uma leitura geográfica*. UNESP/ Presidente Prudente,1999 (Dissertação de mestrado).
- CAVALCANTE, E. *A comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo* (Relatório de Pesquisa). UNESP/ Presidente Prudente/SP, 1997.
- CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. São Paulo, 1984.
- FERNANDES, B. M. *MST: Formação e Territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Campinas: Unicamp, 1973.

GUARESCHI, P. A. (Coord.). A realidade da comunicação: visão geral do problema. In: *Comunicação e Controle Social*. Petrópolis: Vozes, 1991.

GUATARRI, F. *Revolução molecular: as pulsões do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – junho/1999.

MÉSZÁROS, I. *A necessidade do controle social*. São Paulo: Ensaio, 1993.

ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1998.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1995.

RAMALHO, C. B. *Quem são os Sem-Terra? A relação campo-cidade na questão da Reforma Agrária*. (Relatório de Pesquisa). UNESP/ Presidente Prudente/SP, 1998.

RIBAS, A. D. *MST: Cooperativização e (re)organização político-territorial. O caso da Cocamp (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal)*. (Relatório de Pesquisa). UNESP/Presidente Prudente/SP, 1999.

SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: EDUNESP, 1998.

THOMAZ JR., A. “Leitura geográfica” e gestão política na sociedade de classes. In: *Boletim Gaúcho de Geografia*, nº 24, Porto Alegre: AGB, Porto Alegre, 1998.

_____. Território em transe. In: *Acta do Seminário Internacional Desarrollo Local y Regional em Iberoamérica*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1999.

_____. “A Trama Societária da Reestruturação Produtiva e Territorial do Capital na Agricultura e os Desdobramentos para o Trabalho. (Noções Introdutórias). In: *O Pensamento de Milton Santos e a construção da Cidadania em Tempos de Globalização*. Organização: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB/Bauru). Bauru, 2000.

* Estudante do 2º ano do Curso de Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente, desenvolve Projeto de Pesquisa em Estágio não Obrigatório, e é membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). E-Mail: jdivino@stetnet.com.br

[1] A esse respeito THOMAZ JR,(1998), aponta ser necessário a apreensão da processualidade que caracteriza e fundamenta a gestão territorial na sociedade capitalista.

[2] Para mais detalhes ver Bruno (1997).